

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2021.00001532-7

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça, e o **MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n. 79.373.775/0001-62, com sede na rua Brasília, n. 02, Centro, Doutor Pedrinho/SC, representado neste ato pelo Prefeito Hartwig Persuhn, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2021.00001532-7, autorizados pelos artigos 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, e 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei Orgânica Nacional e na Lei Orgânica Estadual do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor estabelece como direito básico do consumidor a proteção à vida e à saúde, bem como a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, na forma do Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017;

CONSIDERANDO que *"Toda água destinada ao consumo humano, distribuída coletivamente por meio de sistema, solução alternativa coletiva de abastecimento de água ou carro-pipa, deve ser objeto de controle e vigilância da qualidade da água"* (Art. 3º da Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021).

CONSIDERANDO que *"Toda água destinada ao consumo humano proveniente de solução alternativa individual de abastecimento de água está sujeita à vigilância da qualidade da água"* (Art. 4º da Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021).

CONSIDERANDO que compete à Secretaria Municipal de Saúde exercer a vigilância da qualidade da água em sua área de competência, em articulação com o responsável por SAA ou SAC, além de manter atualizados no SISAGUA os dados de cadastro, controle e vigilância das formas de abastecimento de água para consumo; realizar inspeções sanitárias periódicas em sistemas e soluções alternativas de abastecimento de água e carro-pipa; e inserir, no SISAGUA, os dados do monitoramento de vigilância da qualidade da água para consumo humano (Art. 13, incisos I, III, VI e IX da Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021);

CONSIDERANDO que também compete à Secretaria Municipal de Saúde analisar as informações disponíveis sobre as formas de abastecimento de água para consumo humano, com o objetivo de avaliar o cumprimento dos dispositivos aplicáveis e, quando identificadas não conformidades, proceder com as ações cabíveis, dentre outras as previstas no Art. 13, inciso X, da Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021);

CONSIDERANDO que compete à Secretaria Municipal de Saúde determinar ao responsável por SAA ou SAC, quando verificadas não conformidades que apontem para situações de risco à saúde, que: 1 - elabore plano de ação; 2 - adote e informe as medidas corretivas; 3 - amplie o número mínimo de amostras; 4 -

aumente a frequência de amostragem; e/ou 5 - inclua o monitoramento de parâmetros adicionais (Art. 13, inciso XI, da Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021);

CONSIDERANDO que, mensalmente, é disponibilizado número de amostras para cada município por meio dos laboratórios da rede LACEN, a fim de permitir a análise das amostras de água coletadas pelas Vigilâncias Sanitárias Municipais;

CONSIDERANDO que o Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água (SISAGUA) é um importante instrumento do Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (VIGIAGUA);

CONSIDERANDO, no que se refere às análises, que devem obedecer aos Padrões de Potabilidade (Capítulo V) para diversos parâmetros, em especial: microbiológico (Art. 27), bacteriológico (Art. 27, § 6º), turbidez (Art. 28), cloro residual livre, cloro residual combinado ou dióxido de cloro (Artigo 32), padrão de substâncias químicas que representam risco à saúde e cianotoxinas (Artigo 36) e padrão organoléptico (Artigo 38);

CONSIDERANDO que *"No controle da qualidade da água, quando forem detectadas amostras com resultado positivo para coliformes totais, mesmo em ensaios presuntivos, ações corretivas devem ser adotadas pelo responsável pelo SAA ou SAC e novas amostras devem ser coletadas em dias imediatamente sucessivos até que revelem resultados satisfatórios"* (Art. 27, § 1º, da Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021)

CONSIDERANDO as irregularidades apontadas no presente Inquérito Civil, indicando que o **MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO** não cumpre integralmente as obrigações relacionadas ao controle da qualidade da água segundo a Portaria MS GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021, conforme o Parecer

Técnico n. 001/2022, da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina.

RESOLVEM celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta nos seguintes termos:

DO OBJETO:

Cláusula 1º - O presente Termo de Ajustamento de Condutas tem o objetivo de sanar irregularidades no controle da qualidade da água para consumo humano no MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, incluindo a obrigação de alimentar corretamente os sistemas de monitoramento.

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO:

Cláusula 2ª - O COMPROMISSÁRIO compromete-se a, **em até 270 dias**, implementar as melhorias necessárias e a exercer, por meio do Serviço de Vigilância Sanitária, a efetiva vigilância da qualidade da água em sua área de competência observando a Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021, além de:

1. elaborar, quando necessário, normas complementares às disciplinas estadual e nacional sobre a vigilância da qualidade da água;
2. alimentar e manter atualizados no SISAGUA, com a periodicidade exigida, os dados de cadastro, controle e vigilância de todas as formas de abastecimento de água para consumo humano;
3. autorizar o fornecimento de água para consumo humano por meio de sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento de água, considerando os documentos exigidos no Art. 15 da Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021;
4. autorizar o fornecimento de água para consumo humano por meio de carro-pipa;

5. realizar inspeções sanitárias periódicas em sistemas e soluções alternativas de abastecimento de água e carro-pipa;
6. solicitar, anualmente ou sempre que necessário, o plano de amostragem ao responsável por SAA ou SAC;
7. emitir parecer sobre o plano de amostragem elaborado pelos prestadores de serviço em até 30 dias após o recebimento;
8. inserir no SISAGUA, mensalmente, os dados do monitoramento de vigilância da qualidade da água para consumo humano;
9. analisar as informações disponíveis sobre as formas de abastecimento de água para consumo humano com o objetivo de avaliar o cumprimento dos dispositivos da Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021 e, quando identificadas não conformidades, proceder com as ações cabíveis;
10. determinar ao responsável por SAA ou SAC, quando verificadas não conformidades que apontem para situações de risco à saúde, que: **a)** elabore plano de ação; **b)** adote e informe as medidas corretivas; **c)** amplie o número mínimo de amostras; **d)** aumente a frequência de amostragem; e/ou **e)** inclua o monitoramento de parâmetros adicionais;
11. intensificar as ações do Programa VIGIAGUA quando ocorrerem eventos de massa, situações de risco a saúde ou eventos de saúde pública relacionados ao abastecimento de água para consumo humano;
12. realizar as ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano nas áreas urbanas e rurais, incluindo comunidades tradicionais, aglomerados subnormais e grupos vulneráveis eventualmente localizadas na sede do município;
13. avaliar o atendimento dos dispositivos da Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021 e anexos, por parte do responsável por SAA ou SAC, notificando-os e estabelecendo prazo para sanar a(s) irregularidade(s) identificada(s);
14. encaminhar, imediatamente, aos responsáveis pelo controle da qualidade da água para consumo humano e as respectivas agências reguladoras, informações referentes aos eventos de saúde pública relacionados à qualidade da

água para consumo humano; e

15. solicitar aos prestadores de serviço as informações sobre os produtos químicos utilizados no tratamento de água para consumo humano e sobre os materiais que tenham contato com a água para consumo humano durante sua produção, armazenamento e distribuição.

Cláusula 3ª - O COMPROMISSÁRIO compromete-se a cumprir com o plano de amostragem mínimo de análises dos parâmetros da qualidade microbiológica da água para consumo humano - turbidez, cloro residual livre (ou outro composto residual ativo, caso o agente desinfetante utilizado não seja o cloro), coliformes totais/*Escherichia coli* e fluoreto – referente às três formas de abastecimento de água (SAA, SAC e SAI), conforme prevê a Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano.

Parágrafo primeiro. O COMPROMISSÁRIO compromete-se a realizar o monitoramento mínimo do VIGIAGUA, de forma a contemplar pelo menos 90% da população local abastecida englobando SAA, SAC e SAI, considerando a meta do Plano Nacional de Saúde.

Cláusula 4ª - O COMPROMISSÁRIO compromete-se a cumprir com o plano de amostragem para monitoramento, com a realização de 10 (dez) coletas mensais para os parâmetros básicos de cloro residual, turbidez e microbiológico, e no mínimo 5 (cinco) coletas mensais para análise de fluoreto.

Cláusula 5ª - O COMPROMISSÁRIO compromete-se a, sempre que forem identificadas situações de risco à saúde, elaborar em conjunto com os responsáveis por SAA ou SAC um plano de ação e tomar as medidas cabíveis, incluindo a eficaz comunicação à população, sem prejuízo das providências imediatas para a correção das não conformidades (Art. 48 da Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021).

Parágrafo primeiro. O COMPROMISSÁRIO poderá exigir dos responsáveis por SAA e SAC a elaboração e implementação de Plano de Segurança da Água (PSA), conforme a metodologia e o conteúdo preconizados pela Organização Mundial da Saúde ou definidos em diretrizes do Ministério da Saúde, para fins de **gestão preventiva de risco à saúde** (Art. 49 da Portaria GM/MS n. 888, de 4 de maio de 2021).

DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 6ª - O COMPROMISSÁRIO ficará sujeito ao pagamento de: **a)** multa cominatória no valor de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)** por cada evento desconforme e/ou violação às obrigações descritas nas cláusulas do presente ajuste; **b)** multa diária de **R\$ 100,00 (cem reais)** por atraso na implementação da cláusula 2ª.

Todos os valores serão destinados ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados de Santa Catarina, mediante o pagamento voluntário dos boletos encaminhados pelo Ministério Público ou, havendo inércia, por execução forçada.

DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Cláusula 7ª - O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial contra o COMPROMISSÁRIO no que diz respeito aos itens acordados, desde que o ajustamento seja integralmente cumprido nos prazos estipulados.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Fica o COMPROMISSÁRIO, desde logo, cientificado de que este Inquérito Civil será arquivado e encaminhado ao Conselho Superior do Ministério Público para análise e, sendo o caso, homologação. As partes reconhecem, porém,

a certeza e liquidez das obrigações assumidas no presente compromisso.

O presente ajuste entra em vigor na data da assinatura

Por estarem ajustados, firmam este Termo com eficácia de título executivo extrajudicial nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Timbó, 2 de março de 2023.

Tiago Davi Schmitt
Promotora de Justiça
(assinatura eletrônica)

Hartwig Persuhn
Prefeito Municipal
Compromissário

Marcos Gadotti
OAB/SC 9.390

Jackson Rodrigo de Castilho
Técnico em Vigilância Sanitária